



UM PACTO CLIMÁTICO PARA PORTUGAL

| propostas para uma transição
| justa e um território seguro

Índice

Resumo Executivo Pág.4

Diagnóstico Pág.5

- O risco climático em Portugal Pág. 5
- Desordenamento e riscos acrescidos Pág. 7
- O risco acelerado dos últimos três anos Pág. 12
- 2026: o comboio das tempestades Pág. 15
- Agir em tempos perigosos Pág. 17

Propostas Pág.20

1. Transição energética e descarbonização Pág. 20
2. Mobilidade Sustentável e Redes Logísticas Pág. 23
3. Ordenamento do Território, Cidades Esponja e Proteção Costeira Pág. 24
4. Agricultura, Floresta e Soberania Alimentar Pág. 25
5. Água e Resiliência Hidrológica Pág. 26
6. Economia, Fiscalidade e Financiamento Climático Pág. 28
7. Trabalho, Produtividade e Transição Justa Pág. 29
8. Saúde Pública e Vulnerabilidade Demográfica Pág. 30
9. Proteção Civil e gestão antecipatória de catástrofes Pág. 32

Fontes Pág.34



Resumo Executivo

O território português enfrenta uma vulnerabilidade estrutural e sistémica face à crise climática, posicionando-se numa das regiões mais suscetíveis a nível global. A intensificação de fenómenos extremos e a letargia na adaptação socioeconómica geram uma crise multidimensional. A persistência destes extremos reflete-se no aumento dramático de ondas de calor, secas severas e incêndios rurais devastadores, que destroem infraestruturas produtivas, penalizam a produtividade agregada e geram passivos assombrosos para o Estado.

A desregulação do ciclo hidrológico transformou o padrão pluviométrico nacional. Ciclos de seca estrutural são subitamente interrompidos por episódios de precipitação torrencial de elevada intensidade, agravando exponencialmente o risco de inundações rápidas, exacerbadas pela impermeabilização urbana excessiva e pelo desordenamento do território.

O triénio recente evidenciou esta rutura absoluta. O ano de 2024 registou anomalias térmicas e eventos de precipitação extrema amplificados pelas alterações climáticas. Em 2025, o país enfrentou o verão mais quente e seco desde que há registos, atingindo máximos históricos de temperatura que potenciaram grandes incêndios, seguidos de frentes húmidas paralisantes no outono. Em 2026, um avassalador "comboio de tempestades" (Kristin, Leonardo e Marta) provocou um colapso infraestrutural em cadeia. Registaram-se ventos extremos, cheias históricas com evacuações, apagões massivos e prejuízos colossais na agricultura e nas infraestruturas, ameaçando a soberania alimentar e impulsionando a inflação.

Face a este novo regime climático, as políticas atuais revelam-se cronicamente insuficientes. É imperativo executar uma dupla estratégia: mitigação rigorosa, antecipando a neutralidade carbónica para 2040-2045 através da transição energética e da mobilidade sustentável e adaptação profunda, direcionada para a resiliência do território. Os dados económicos revelam inequivocamente que os custos da inação superam largamente os investimentos exigidos para promover uma transição atempada e socialmente justa.



Diagnóstico

O risco climático em Portugal

O território nacional depara-se com uma vulnerabilidade estrutural e sistémica face ao agravamento das alterações climáticas. O território continental posiciona-se numa das regiões mais suscetíveis do globo: a bacia do Mediterrâneo. As ilhas atlânticas correm riscos particulares, designadamente por causa da erosão costeira. O diagnóstico do estado atual e das projeções futuras revela um panorama em que a intensificação de fenómenos meteorológicos extremos, a degradação dos ecossistemas e a letargia na adaptação socioeconómica convergem para uma crise multidimensional.

A literatura científica recente e os relatórios de entidades de referência sublinham a gravidade destas ameaças, demonstrando que as perturbações não se limitam à esfera ambiental, permeando o tecido económico e afetando a estabilidade estrutural do país e a infraestrutura de saúde pública.

De acordo com os estudos sobre a persistência dos eventos meteorológicos extremos, o impacto da crescente concentração de gases com efeito de estufa reflete-se primariamente nos extremos da distribuição das temperaturas globais. As simulações do EURO-CORDEX ilustram um achatamento e alargamento das distribuições de temperatura para valores cada vez mais elevados.

Esta dinâmica traduz-se numa diminuição do número de dias de frio extremo e, de forma também desestabilizadora, num aumento dramático da frequência, intensidade e duração das ondas de calor. Em Portugal, projeta-se que estes eventos ultrapassem largamente o verão, estendendo-se desde a primavera até ao final do outono.

A utilização do Índice Universal de Clima Térmico demonstra que a perigosidade para a fisiologia humana atingirá níveis críticos e sem precedentes, afetando a morbilidade e a mortalidade, induzindo simultaneamente uma redução dramática



da produtividade laboral em setores expostos aos elementos, como a agricultura e a construção civil.

O aquecimento contínuo, conjugado com secas anómalas, compromete ecossistemas frágeis de elevado valor, como o montado, cuja diversidade taxonómica vegetal está fortemente dependente das chuvas outonais e primaveris. Este ecossistema corre o risco iminente de colapso a longo prazo devido às secas repetidas, desencadeando processos de desertificação irreversíveis no interior e sul de Portugal.

A proliferação da aridez extrema e a elevação das temperaturas encontram-se indissociavelmente ligadas ao agravamento exponencial do risco de incêndios rurais, uma das ameaças mais devastadoras para a coesão territorial. Portugal regista uma média anual superior a cento e quinze mil hectares de área ardida nas últimas quatro décadas, valor que caminha para um agravamento em virtude da maior disponibilidade de biomassa seca, propícia à rápida propagação de mega-incêndios.

A modelação espaço-temporal avançada das dinâmicas de incêndio revela padrões alarmantes de ocorrência espalhada pelo território, exigindo capacidades de previsão cada vez mais apuradas. Os impactos de longo prazo destas catástrofes transcendem a incalculável perda de biodiversidade, assumindo-se como um risco económico transversal e de primeira ordem, com contornos sistémicos evidentes.

A análise conduzida pelo Banco de Portugal sobre a exposição ao risco climático físico demonstra que a materialização recorrente destes eventos se traduz na destruição direta de infraestruturas produtivas cruciais, na disrupção das cadeias de abastecimento e na interrupção da atividade de diversos setores. Esta sucessão de choques penaliza severamente a produtividade agregada e gera passivos contingentes assombrosos para as finanças públicas, onerando o Estado, reiteradamente chamado a atuar como garante financeiro de última instância perante a debilidade da resiliência económica do país.

Num ciclo de degradação em que os riscos físicos se amplificam mutuamente, a bacia hidrográfica do território português encontra-se submetida a uma disrupção profunda dos seus padrões pluviométricos, agudizando a vulnerabilidade do ciclo



hidrológico. As projeções climáticas indicam uma contração significativa da precipitação média anual, particularmente a sul do sistema Montejunto-Estrela, conjugada com uma alteração drástica na sua tipologia.

Observa-se a transição acelerada para um regime de extremos, onde longos e severos ciclos de seca estrutural são subitamente interrompidos por episódios de precipitação torrencial de elevadíssima intensidade. Esta concentração de volumes massivos de água num reduzido número de horas satura instantaneamente os solos ressequidos, previamente degradados pelos fogos rurais e desprovidos de coberto vegetal robusto, anulando a sua capacidade natural de infiltração.

Consequentemente, a alteração estrutural do regime de chuvas atua simultaneamente como um poderoso catalisador de dinâmicas de escoamento superficial de enorme potencial erosivo. O corolário direto desta nova matriz de precipitação extrema é o agravamento exponencial do risco de cheias fluviais e inundações rápidas, que expõem de forma incontornável as fragilidades crónicas do modelo de ordenamento do território.

Desordenamento e riscos acrescidos

Em áreas urbanas densamente povoadas e historicamente edificadas sobre antigos leitos de cheia e bacias de retenção, com especial incidência nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, a impermeabilização excessiva dos solos, aliada à obsolescência das redes de drenagem, transforma chuvadas intensas em catástrofes urbanas.

Nas grandes bacias hidrográficas nacionais, a conjugação de picos de caudal fluvial com a subida acelerada do nível médio do mar nas zonas estuarinas gera efeitos físicos compostos que amplificam a magnitude das inundações costeiras. Os danos macroeconómicos e sociais resultantes assumem proporções incalculáveis, consubstanciando-se na paralisação recorrente de eixos logísticos vitais, na destruição de capital fixo e num risco constante para a integridade das populações residentes.



Paralelamente às dinâmicas destrutivas do fogo e da alteração térmica, a qualidade do ar emerge como uma externalidade negativa severa, frequentemente subavaliada. A concentração perigosa de poluentes, como as partículas finas inaláveis e o ozono, é drasticamente intensificada sob condições de estagnação prolongada que caracterizam as massas de ar quente e os incêndios.

Investigações recentes baseadas em modelos espaciais multivariados contínuos destacam as dinâmicas geográficas de dispersão destas emissões tóxicas e o seu impacto agudo sobre as populações. A degradação contínua da qualidade do ar atua como um multiplicador de risco para a saúde global, sobrecarregando o Serviço Nacional de Saúde com o tratamento dispendioso de doenças respiratórias crónicas, subtraindo milhares de dias de trabalho útil à economia.

A vulnerabilidade demográfica do país, com um índice de envelhecimento populacional entre os mais elevados da Europa, cruza-se de forma trágica com a emergência destas anomalias climáticas. A população idosa, isolada em zonas rurais desprovidas de infraestruturas ou concentrada em ilhas de calor urbano, suporta uma fatura de morbilidade absolutamente desproporcional. Em 2025, durante o período de alerta de calor, a Direção Geral de Saúde registou um excesso de mortalidade de 264 óbitos em apenas uma semana, o que representa um aumento relativo superior a 20%. A sobrecarga cíclica dos serviços de urgência e o aumento estatístico da taxa de mortalidade excessiva em períodos estivais constituem já uma métrica tangível desta intersecção mortífera.

No plano institucional, a resposta legislativa e política a este quadro de ameaças tem-se pautado por uma assimetria profunda entre a ambição retórica, amiúde declarada nos fóruns internacionais, e a execução material transformadora no próprio território. Segundo a avaliação publicada pelo Climate Change Performance Index, embora Portugal mantenha uma posição de destaque relativo no panorama internacional, o país carece cronicamente de políticas públicas eficientes e consequentes para a descarbonização de setores económicos complexos, nomeadamente os transportes e a agricultura.



O setor dos transportes tem registado aumentos homólogos preocupantes nas emissões de gases com efeito de estufa, revelando o fracasso das estratégias de mobilidade sustentável e a dependência inabalável do transporte rodoviário individual ancorado em motores de combustão fóssil. A Lei de Bases do Clima sofre de uma letargia profunda na sua regulamentação prática e tradução em medidas vinculativas.

A descarbonização e a resiliência climática esbarram, de forma incontornável, no colapso funcional e na profunda desigualdade territorial das redes de mobilidade nacional. Avaliações académicas das políticas públicas e auditorias setoriais evidenciam a cristalização de autênticos desertos de mobilidade, onde o acesso ao transporte coletivo fora das grandes áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto se revela residual ou completamente inexistente em períodos críticos, como noites e fins de semana.

Esta assimetria estrutural, agravada pela escassez de redes intermunicipais articuladas entre concelhos vizinhos de diferentes jurisdições, condena o país a uma dependência crónica do automóvel particular, o qual continua a dominar cerca de oitenta e oito por cento das deslocações nacionais.

A esta lacuna territorial soma-se a degradação qualitativa do serviço prestado. Inquéritos à satisfação dos utentes demonstram que, ultrapassada a barreira do preço através do alargamento da gratuitidade e dos passes sociais, o principal obstáculo à utilização do transporte público reside na baixa frequência e na manifesta falta de fiabilidade dos horários. Esta ineficiência é exacerbada pela obsolescência do material circulante, com frotas envelhecidas que comprometem o conforto e o desempenho energético, e pela persistente ausência de um sistema de bilhética único e integrado à escala continental, o que penaliza severamente a intermodalidade.

O diagnóstico estrutural agudiza-se ao analisar a espinha dorsal do sistema de transportes de alta capacidade. O Plano Ferroviário Nacional, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros número 77/2025, expõe fraturas históricas e bloqueios operacionais que asfixiam a coesão territorial e a competitividade ibérica.



Destaca-se o isolamento de capitais de distrito como Bragança e Vila Real, que permanecem desprovidas de qualquer ligação ferroviária, bem como a ausência crítica de corredores transfronteiriços robustos, nomeadamente nos eixos Aveiro-Viseu-Salamanca e Faro-Huelva.

Simultaneamente, o potencial de expansão da procura esbarra em estrangulamentos graves nas áreas metropolitanas, onde a saturação da Linha de Cintura e da Linha do Norte constitui o maior constrangimento técnico ao aumento da capacidade de resposta a passageiros e mercadorias. A perpetuação destas lacunas infraestruturais impossibilita a transferência modal exigida para cumprir as metas de redução de emissões, ancorando o modelo de desenvolvimento a uma insustentabilidade material evidente.

Peritos assinalam a necessidade absoluta de acelerar a transição energética de forma ponderada, privilegiando a eficiência energética em todas as frentes de consumo, alertando para o facto de a transição justa permanecer um mero conceito teórico. Carece-se de planos sociais climáticos adequados, dotados de financiamento orçamental robusto, estruturados para mitigar os impactos económicos altamente regressivos que a transição para uma economia descarbonizada imporá sobre as franjas mais vulneráveis da população portuguesa.

Esta inércia executiva e regulatória é o reflexo direto de um problema estrutural muito mais insidioso: a falta crónica e sistémica de investimento e de financiamento dedicado à adaptação climática. O Conselho Consultivo Científico Europeu sobre Alterações Climáticas e a Agência Europeia do Ambiente são unânimes ao afirmar que o Sul da Europa está a falhar redondamente na antecipação e no planeamento estratégico dos riscos climáticos, dado que a esmagadora maioria do financiamento tem sido direcionada quase exclusivamente para a mitigação de emissões, num esforço que apesar de aumentar a produção de energias renováveis, não tem resultado numa redução consequente de gases com efeito de estufa.

A lacuna na expansão de soluções sistémicas baseadas na natureza restringe a capacidade do país de regenerar os seus próprios ecossistemas funcionais, que



deveriam atuar como barreiras protetoras. O défice orçamental de adaptação português manifesta-se de forma visível na vulnerabilidade extrema das zonas costeiras, vitais e densamente povoadas, perante a subida acelerada do nível médio do mar e o agravamento contínuo da erosão.

Manifesta-se igualmente na inadequação e obsolescência das redes de drenagem urbana face a episódios cada vez mais destrutivos de precipitação extrema localizada e reflete-se na frágil resiliência de um setor agrícola marcado por culturas intensivas e altamente exigentes em recursos hídricos, numa geografia crescentemente fustigada por secas estruturais.

Os grandes incêndios florestais dos últimos 20 anos aceleraram o abandono das pequenas explorações agrícolas, em particular nas regiões Centro e Norte, reduzindo a superfície agrícola útil. O abandono de explorações agrícolas, frequentemente transformadas em matos, e a expansão das áreas de eucalipto e de pinho não só prejudicam a biodiversidade, como também aumentam o risco e a gravidade dos incêndios. Acresce que Portugal depende das importações para atender às suas necessidades agroalimentares, como demonstra um défice na balança comercial agroalimentar superior a 3,6 mil milhões de euros em 2024. Uma melhor gestão e ocupação das terras agrícolas, imprescindível no contexto da emergência climática, encontra, no entanto, barreiras económicas, designadamente, o facto de a distribuição ficar com a grande porção dos rendimentos da agricultura, esmagando as margens dos agricultores.

Do ponto de vista analítico e macroeconómico, o escrutínio dos cenários de risco desenhados pelo Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas revela inequivocamente que os custos económicos e sociais derivados da inação superam largamente os investimentos exigidos para promover uma adaptação estrutural e uma transição socioeconómica atempada.

Os choques nefastos na produtividade económica agregada resultantes dos danos físicos diretos às infraestruturas de produção e das contínuas disrupções nas cadeias de abastecimento penalizarão irremediavelmente o potencial de crescimento



económico do país nas próximas décadas. A vulnerabilidade estrutural do tecido empresarial a estes eventos extremos, aliada aos desafios inerentes à transição energética, ameaça a competitividade externa de Portugal e agudiza o risco de estagnação sistémica se não for operado um redirecionamento estratégico do investimento.

O risco macroeconómico subjacente a um planeamento urbano ineficiente e desestruturado, que continua perversamente a permitir a impermeabilização descontrolada dos solos e a construção especulativa em leitos de cheia, contrasta violentamente com as evidências científicas que demonstram a premência de devolver espaço aos sistemas naturais. O atraso na reconfiguração profunda do modelo de ordenamento do território, aliado à ausência de penalizações fiscais efetivas e dissuasoras para a degradação e poluição ambientais contínuas, consolida um modelo de desenvolvimento predatório que se consome a si mesmo ao erodir as bases materiais da sua prosperidade.

O risco acelerado dos últimos três anos

A materialização destas ameaças climáticas projetadas para o território nacional ganhou contornos de rutura sistémica no triénio mais recente. Tornando mais evidentes as anomalias meteorológicas severas e consecutivas que exigem uma reconfiguração profunda da resposta do Estado e validam a urgência de uma nova arquitetura de políticas públicas.

O ano de 2024, que evidencia o arranque desta aceleração destrutiva, ficou registado nos anuários do Instituto Português do Mar e da Atmosfera como o quarto ano mais quente desde a década de trinta do século passado, apresentando uma anomalia térmica positiva de quase um grau Celsius face à normal climatológica de referência.

Este período foi singularmente caracterizado pela ocorrência atípica de oito ondas de calor, duas das quais registadas de forma anómala em pleno inverno, estabe-



lecendo 64 novos extremos de temperatura máxima e 177 de temperatura mínima. A escassez hídrica estrutural consolidou-se, com a precipitação anual a fixar-se como a 14ª mais baixa desde a viragem do milénio, garantindo a persistência de uma seca fraca a moderada ao longo de vastos meses.

Simultaneamente, este padrão de aridez foi violentamente quebrado por episódios de precipitação torrencial, ilustrados de forma paradigmática pela passagem da depressão Nelson no final de março. As inundações subsequentes, que fustigaram fortemente a capital portuguesa e foram registadas pelos sistemas europeus de monitorização de catástrofes, não resultaram de uma mera flutuação meteorológica natural.

Análises de atribuição demonstraram que a ciclogénese e o volume de precipitação deste evento específico foram agravados entre 20 a 30 por cento pela perturbação climática global, num evento composto que cruzou chuvadas intensas com severas intrusões de poeiras do deserto do Saara.

Em paralelo, a erosão costeira assumiu no mesmo ano uma dimensão crítica irrefutável. Relatórios técnicos e académicos de excelência, nomeadamente o estudo RNA2100, identificaram um risco crescente e acelerado de galgamento e recuo da linha de costa em troços de elevada vulnerabilidade, destacando-se Ofir, a Costa Nova, a Costa da Caparica e a Praia de Faro. A modelação morfodinâmica integrada destes sistemas litorais, posteriormente validada e reforçada por trabalhos conduzidos entre 2025 e 2026, recorrendo a tecnologias avançadas de interferometria de radar por satélite para monitorizar subsidência e erosão, comprovou que a orla costeira nacional exige uma resposta de engenharia e ordenamento radicalmente distinta da atual.

A progressão cronológica para o ano de 2025 acentuou a hostilidade e a letalidade do clima, culminando no verão mais quente e mais seco desde que há registos sistemáticos no país. A estação estival foi dominada por vagas de calor de intensidade excepcional, tendo a terceira destas ocorrências, prolongada entre o final de julho e meados de agosto, sido a mais longa de sempre nas regiões do interior Norte e Centro.



A temperatura média máxima atingiu os 30,78 graus Celsius, um desvio superior a dois graus face à média histórica, estabelecendo-se um novo recorde absoluto de temperatura máxima de 46,6 graus na localidade de Mora. Durante este período crítico, a precipitação reduziu-se a meros 24 por cento dos valores considerados normais, mergulhando 67 por cento do território continental numa situação de seca meteorológica severa, com repercussões agudas e imediatas na deflagração de incêndios de grandes dimensões no mês de agosto.

A anomalia térmica prolongou-se muito para além do estio, registando-se um total de seis ondas de calor até outubro, atingindo tardiamente a Área Metropolitana de Lisboa e o Vale do Tejo. Contudo, a transição para o outono e inverno revelou uma inversão atmosférica violenta, marcada pela passagem sucessiva de rios atmosféricos e depressões de grande impacto, nomeadamente a tempestade Gabrielle em setembro e a depressão Cláudia, conjugada com frentes húmidas, entre outubro e novembro.

Estes fenómenos forçaram a elevação contínua do estado de prontidão da Proteção Civil e a emissão de sucessivos alertas laranja, e provocaram cheias urbanas paralisantes em Lisboa, mantendo as bacias hidrográficas do Vouga, do Mondego e da região Oeste sob vigilância ininterrupta. A severidade deste quadro de eventos compostos a nível nacional reflete e corporiza as advertências globais emitidas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, através dos relatórios Emissions Gap e Adaptation Gap de 2025.

Estes documentos internacionais atestam a insuficiência crónica das políticas de descarbonização e transição energética vigentes, alertando que a humanidade caminha para um aquecimento superior a dois graus acima da média anterior à revolução industrial. Isto exige cortes globais de emissões na ordem dos 35 a 55 por cento até à próxima década, denunciando simultaneamente o subfinanciamento gritante das estratégias de salvaguarda das populações face ao clima extremo.



2026: o comboio de tempestades

O limiar de resiliência das infraestruturas e da proteção civil portuguesas foi inequivocamente ultrapassado e quebrado nos primeiros meses de 2026, com o território a ser fustigado por um avassalador comboio de tempestades atlânticas e inundações históricas. Entre o final do mês de janeiro e meados de fevereiro, o país deparou-se com um colapso infraestrutural em cadeia.

A tempestade extratropical Kristin, ativa nos últimos dias de janeiro, caracterizou-se por ventos de extrema violência, com rajadas que superaram localmente os 200 quilómetros por hora. O impacto na rede energética foi sem precedentes, deixando mais de um milhão de clientes na escuridão e originando prejuízos agregados que as estimativas situam (por enquanto) acima da impressionante marca dos seis mil milhões de euros.

Num curtíssimo intervalo de tempo, logo nos primeiros dias de fevereiro, a depressão Leonardo atingiu o continente, descarregando volumes de precipitação impressionantes em poucas horas e gerando ondas oceânicas na ordem dos 13 metros. Este evento obrigou à emissão de um alerta máximo de cheia na bacia do rio Tejo, com particular incidência e gravidade no distrito de Santarém, e provocou o rápido transbordo do rio Sado na zona de Alcácer do Sal.

As interrupções ferroviárias generalizaram-se pelo Norte e Centro do país, acompanhadas por operações de evacuação preventiva que retiraram das suas casas mais de 1100 cidadãos, num mês de janeiro que entra para a história como o segundo mais chuvoso do século.

Sem qualquer margem temporal para a recuperação topográfica, dos ecossistemas ou da estabilidade do edificado, a tempestade Marta atingiu Portugal a 7 de fevereiro, prolongando a pressão hídrica excruciante sobre todas as bacias nacionais e exigindo uma sobrecarga excecional e exaustiva das forças de socorro. O ponto de falência estrutural mais visível desta sucessão de intempéries ocorreu a 12 de fevereiro, com a eclosão de cheias de enorme gravidade no rio Mondego.



A cedência mecânica de um dique de contenção resultou no colapso parcial da A1, a principal artéria rodoviária do país, e forçou a evacuação de emergência de cerca de 3 mil pessoas. O balanço humano deste inverno de anomalias saldou-se tragicamente em várias mortes, expondo o estrangulamento da mobilidade nacional num cenário de solos totalmente saturados na Lezíria do Tejo e de gestão altamente complexa e condicionada das descargas provenientes das grandes barragens espanholas a montante.

Na zona costeira, as marés vivas conjugadas com o mar sucessivamente tempestuoso exacerbaram o recuo das praias e promoveram galgamentos destrutivos em troços urbanos expostos. A avaliação técnica destes episódios projeta perdas de proteção dunar na ordem dos 13 por cento e inundações episódicas de vastas áreas, comprovando a vulnerabilidade iminente sob cenários combinados de subida do nível do mar e tempestade.

A dimensão destrutiva destes fenómenos meteorológicos extremos transcende a falência infraestrutural, propagando-se de forma incisiva às cadeias de abastecimento de matérias-primas e bens essenciais, com reflexos agudos e diretos na inflação.

A tempestade Kristin e as intempéries inverniais subsequentes ilustram esta dinâmica de choque, infligindo prejuízos colossais ao setor primário que, de acordo com as estimativas do setor, já ascendem a quinhentos milhões de euros na agricultura e a trezentos milhões na floresta.

A submersão prolongada dos solos resultou no apodrecimento de extensas áreas de cereais de outono e inverno, como a aveia, o centeio e o trigo, enquanto a violência do vento arrasou infraestruturas vitais, nomeadamente milhares de estufas e sistemas de rega. Embora as entidades representativas de produtores não antecipem uma escassez absoluta de alimentos no imediato, alertam categoricamente para a inevitável subida dos preços ao consumidor final e para o aumento preocupante da dependência do exterior face à necessidade de reforçar as importações de bens de primeira necessidade.



O setor da avicultura acompanha este cenário desolador, enfrentando um dos invernos mais severos de que há memória, com perdas produtivas que se traduzirão no encarecimento de bens básicos, como os ovos.

Este mecanismo de transmissão do choque climático para o rendimento disponível das famílias não constitui uma idiosincrasia nacional, mas sim a manifestação empírica de um fenómeno estrutural amplamente estudado.

Investigações publicadas em revistas científicas de referência, incluindo análises conduzidas por investigadores do Banco Central Europeu publicadas na Nature e estudos de consórcios internacionais patentes na Environmental Research Letters, documentam de forma exaustiva como as alterações climáticas estão diretamente associadas a choques persistentes nos preços dos alimentos.

A aniquilação cíclica das colheitas e a perturbação profunda das redes logísticas provocadas pela nova normalidade climática funcionam como motores intrínsecos de pressão inflacionista, corroendo o poder de compra e demonstrando que o clima é, doravante, a principal variável de instabilidade macroeconómica.

Agir em tempos perigosos

Esta cronologia de eventos demonstra que as perturbações não são episódios fortuitos, mas sim a afirmação categórica de um novo regime climático que exige a adoção de dois eixos de atuação política e estratégica absolutamente indissociáveis. O primeiro eixo, dedicado à mitigação e à transição energética, impõe a aceleração drástica da redução de emissões de gases com efeito de estufa, transformando a indústria, os transportes e as cidades, e criando uma economia qualificada para o futuro.

Esta vertente pressupõe a adoção de metas setoriais vinculativas, uma real capacidade executiva da administração pública e o desenho de um modelo de financiamento compatível com a escala do risco macroeconómico, que passe pela



criação de emprego, pela transformação da economia portuguesa e pelo aumento da qualidade de vida. Para tal, torna-se essencial massificar a produção de base renovável, reforçar significativamente as redes de distribuição e a capacidade de armazenamento de energia, adaptar processos industriais, promover uma reabilitação profunda do parque edificado assente na eficiência, generalizar as soluções de mobilidade urbana limpa e garantir a aplicação de uma fiscalidade climática justa, que não onere os estratos sociais mais vulneráveis.

O segundo eixo, centrado exclusivamente na adaptação e na resiliência territorial, exige a transformação das cidades e dos territórios para suportarem a recorrência destes extremos hídricos e térmicos. Com cidades adaptadas às alterações climáticas, podemos não só prevenir catástrofes como garantir melhores condições de habitabilidade. Torna-se crucial adotar e expandir o conceito de cidade esponja, revolucionando as lógicas de drenagem urbana e de retenção de águas pluviais.

Da mesma forma, impõe-se conceber e executar planos rigorosos de gestão de cheias à escala de cada bacia hidrográfica, incluindo recarga de aquíferos, e promover o reordenamento audaz das frentes costeiras mais expostas. Requer-se, por fim, uma modernização integral e profunda do sistema de Proteção Civil, dotando-o de indicadores de prontidão robustos e de sistemas de alerta precoce e preditivos que garantam margens de resposta adequadas à letalidade e velocidade das novas depressões atmosféricas, bem como a valorização dos seus profissionais.

A análise desta sucessão de calamidades ao longo dos últimos três anos constitui a base factual incontestável para alicerçar o desenho de políticas para não só assegurar a sobrevivência económica do território, mas também para lançar a visão de uma economia que escape à lógica da monocultura do turismo e da especulação imobiliária, e que seja direcionada para a transição ecológica e para o cuidado. Compreender a totalidade e a interdependência indissociável desta complexa matriz de riscos cumulativos constitui o pressuposto inescapável para desenhar uma intervenção pública verdadeiramente estruturada que responda à real dimensão do desafio que o país enfrenta num futuro que já chegou.



A urgência da descarbonização e os investimentos estruturais na eficiência energética, bem como na reconversão tecnológica da indústria e da mobilidade, assumem um papel macroeconómico crítico que transcende a dimensão estritamente ambiental. Ao visar a redução drástica do consumo e da importação de combustíveis fósseis, estas medidas atuam diretamente na melhoria do saldo externo do país. A diminuição desta dependência crónica face ao exterior mitiga a vulnerabilidade da economia nacional à volatilidade dos mercados energéticos internacionais, reforçando a soberania económica e libertando recursos vitais para a coesão territorial.



Propostas

1. Transição energética e descarbonização

A resposta estrutural aos atuais desafios climáticos requer uma reconfiguração técnica e planeada do modelo energético português. É necessária uma estratégia de transição eficaz, orientada para a descentralização do acesso à produção de energia.. Essa estratégia pode criar empregos de qualidade e contribuir para a economia, enquanto acaba com a pobreza energética e contribui para combater as desigualdades em Portugal.

O conjunto de propostas aqui detalhado estabelece o objetivo de antecipar a neutralidade carbónica para o horizonte de 2040 a 2045, sincronizando as metas nacionais com os modelos científicos de contenção do aquecimento global na meta dos 1,5 °C.

Esta trajetória assenta em eixos técnicos fundamentais: um investimento acelerado na capacidade renovável descentralizada, em alternativa às mega centrais fotovoltaicas, a eletrificação direta dos consumos, o faseamento gradual e organizado da utilização de gás fóssil no sistema produtivo e a priorização da eficiência energética, assumindo a modernização da rede e o armazenamento de energia como infraestruturas críticas de suporte.

- Estabelecimento de uma trajetória de redução de emissões nacionais de 70% até 2035 (face a 2019), superando as metas do atual Plano Nacional de Energia e Clima, com o objetivo de antecipar a neutralidade carbónica de Portugal para o período entre 2040 e 2045.



- Programa "PV em cada telhado": instalação obrigatória de painéis solares fotovoltaicos em toda a rede de edifícios públicos, nas novas construções, nas grandes reabilitações residenciais e de serviços, e ainda nos parques de estacionamento de média e grande dimensão. A medida será sustentada por um pacote fiscal e financeiro abrangente, que consolida a taxa de IVA a 6% para os equipamentos, cria deduções específicas em sede de IRS e IRC, e estabelece linhas de microcrédito acessíveis para as famílias. No plano administrativo, garante-se uma via verde (*fast-track*) que assegura a aprovação dos licenciamentos num prazo estrito de trinta dias. Adicionalmente, promover-se-á uma articulação estreita com as autarquias locais para dinamizar e incentivar a colocação de painéis em coberturas privadas.
- Programa "Rooftops Públicos" e comunidades de energia: generalização do autoconsumo coletivo e das Comunidades de Energia Renovável em bairros, zonas industriais, parques logísticos, escolas e hospitais e demais edifícios públicos. O programa assegurará a instalação massiva de painéis solares acoplados a sistemas de armazenamento no edificado público, com linhas de financiamento dedicadas e garantia de balanço líquido horário na rede elétrica.
- Eficiência energética primeiro: duplicação da taxa de reabilitação do parque edificado habitacional para 3% ao ano até 2030, direcionando os fundos públicos prioritariamente para o isolamento térmico, sombreamento exterior e instalação de janelas eficientes. Substituição progressiva de caldeiras a gás natural por bombas de calor, começando pelas novas obras. Auditorias energéticas periódicas em todos os edifícios da administração pública e autárquica.
- Governação estratégica do setor energético: restabelecer a gestão pública da infraestrutura de rede, integrando o centro de controlo do sistema elétrico nacional na esfera de decisão direta do Estado. Em complementaridade, o Estado procederá à aquisição de uma posição de controlo na EDP. Esta arquitetura de controlo permite alinhar o planeamento de investimento e a política de dividendos com os objetivos macroeconómicos do país. O modelo visa assegurar que a redução dos custos marginais de produção, decorrente da transição para



fontes renováveis, seja transferida de forma direta e estrutural para a fatura final de energia das famílias e do tecido empresarial, garantindo a competitividade económica e a segurança do abastecimento a longo prazo.

- Plano acelerado de investimento e reforço da Rede Elétrica de Serviço Público (alta, média e baixa tensão) e das subestações, integrando tecnologias de controlo dinâmico e inversores de formação de rede (*grid-forming inverters*) para acomodar a energia solar e eólica. Obrigatoriedade de ativação universal dos contadores inteligentes (smart meters) bidirecionais até 2028, de forma a suportar mercados locais de flexibilidade energética, a figura dos agregadores, o nivelamento de picos de consumo (peak-shaving) e a oferta de tarifas dinâmicas.
- Lançamento imediato de leilões de capacidade dedicados em exclusivo a sistemas de armazenamento de energia em baterias de grande escala (autonomia de 2 a 4 horas) e a novos projetos de bombagem hídrica, garantindo a gestão eficiente da intermitência da produção renovável e anulando o desperdício de energia limpa.
- Redução da dependência do gás fóssil: Suspensão imediata da abertura de novas centrais termoelétricas a gás e proibição de novos contratos de fornecimento de longo prazo para o setor elétrico. Execução de um plano de redução de carga entre 2026 e 2030 que substitua o uso de gás no nivelamento de picos por baterias e gestão do lado da procura. Imposição de um teto de emissões penalizador por megawatt-hora a partir de 2028, preparando o encerramento ordenado e faseado das centrais de ciclo combinado até 2030.
- Descarbonização da indústria pesada: aprovação de planos setoriais vinculativos de descarbonização para indústrias de elevado consumo energético, como o cimento, a cerâmica, o papel e o setor agroalimentar. O Estado apoiará financeiramente a transição tecnológica baseada na eletrificação direta dos processos industriais, na recuperação avançada de calor e na gestão digital do consumo de energia.



- Eólica distribuída e micro-eólica: simplificação rigorosa e expedita dos processos de licenciamento para a instalação de turbinas de pequena e média dimensão em parques industriais e em zonas costeiras que não apresentem sensibilidade ecológica, de conservação ou conflito paisagístico crítico.

2. Mobilidade Sustentável e Redes Logísticas

A mobilidade não pode circunscrever-se à mera substituição tecnológica de motores de combustão por baterias elétricas no transporte individual, uma visão que perpetua o estrangulamento do espaço urbano e a exclusão territorial.

O planeamento público deve ser mais ambicioso, e assumir a transferência modal e o transporte coletivo como a espinha dorsal da descarbonização e um direito social garantido. Acabar com a poluição sonora e melhorar a qualidade do ar e a segurança rodoviária está ao nosso alcance. Em simultâneo, os eventos meteorológicos recentes, que provocaram o colapso de vias estruturantes, demonstraram que a rede logística e de passageiros necessita de uma adaptação física urgente.

A resiliência do território depende de infraestruturas que não fiquem paralisadas perante inundações ou calor extremo, assegurando a continuidade das cadeias de abastecimento e a mobilidade das populações.

- Rede de Mobilidade Unida 2036: Estratégia estrutural a dez anos que assegura o lançamento e a conclusão das obras fundamentais na rede de transportes públicos, com especial destaque para a ferrovia, garantindo a interligação de todos os distritos e a modernização profunda dos eixos metropolitanos. Integra um plano nacional para o alargamento de faixas rodoviárias exclusivas para transportes coletivos, em estreita articulação com as autarquias, assumindo o desenvolvimento de soluções de metro ligeiro, autocarros de alto nível de serviço e carreiras regulares em todas as zonas identificadas como carenciadas. Para os territórios de baixa densidade, o programa introduz sistemas públicos de transporte a pedido e de viaturas elétricas partilhadas. Com a consolidação



da infraestrutura ferroviária e rodoviária, decreta-se a eliminação progressiva das ligações aéreas comerciais de passageiros no interior do território continental, transferindo integralmente esta procura para o comboio. A consagração progressiva da gratuitidade para os cidadãos residentes, aliada a uma bilhética nacional única e digital, garante uma malha de mobilidade integrada, fiável e pontual, capaz de tornar dispensáveis o transporte individual privado e a aviação interna em território continental.

- Lançamento de um plano de mapeamento e reforço estrutural de infraestruturas críticas (pontes, taludes ferroviários e estradas nacionais) identificadas como de alto risco face a cheias e deslizamentos, prevenindo colapsos como os observados na rede viária em 2026.
- Modernização dos corredores internacionais de mercadorias em bitola europeia.
- Promoção ativa da transferência do tráfego de mercadorias da rodovia para a ferrovia, através da criação de portos secos e plataformas intermodais de gestão pública e a implementação de um sistema de transporte em que a etapa “middle-mile” é assegurada por transporte ferroviário.

3. Ordenamento do Território, Cidades Esponja e Proteção Costeira

O modelo de urbanização das últimas décadas, caracterizado pela impermeabilização excessiva dos solos e pela construção em leitos de cheia, amplificou os danos das recentes tempestades. Segundo as avaliações recentes, 25% do território nacional e 7% da população já se encontram expostos a riscos climáticos agudos, estando apenas 22% da linha costeira adequadamente protegida.

O ordenamento do território tem de passar de uma lógica de expansão imobiliária para uma de gestão de risco, salvaguarda da vida e planeamento para as pessoas.

A mitigação das inundações urbanas e a defesa da orla costeira exigem interven-



ções de engenharia natural, devolvendo aos sistemas hidrológicos a sua capacidade de amortecimento.

- Revisão obrigatória e imediata dos Planos Diretores Municipais (PDM) para imposição de interdições à nova edificação em zonas cartografadas de risco de cheia e galgamento costeiro.
- Lançamento de um programa nacional de "Cidades Esponja", financiando autarquias para a desimpermeabilização de espaços urbanos, criação de parques de retenção de águas pluviais e substituição de pavimentos tradicionais por soluções permeáveis.
- Renaturalização e "desentubamento" de rios e ribeiras em ambiente urbano, devolvendo-lhes os leitos de cheia naturais para mitigar inundações rápidas e promover o reabastecimento de lençóis freáticos.
- Suspensão da aprovação de projetos turísticos e imobiliários de grande dimensão em áreas adjacentes à Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN).
- Criação de um "Fundo Nacional para o recuo planeado e adaptação costeira", destinado a financiar a realocação justa, faseada e digna de comunidades e atividades económicas onde a defesa fixa é insegura.

4. Agricultura, Floresta e Soberania Alimentar

A severidade das secas prolongadas e a violência das inundações de inverno expuseram o setor primário a prejuízos estruturais, destruindo colheitas e estufas.

A adaptação da agricultura e da floresta não é apenas uma questão de sobrevivência da economia rural, mas o pilar central do desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, da soberania alimentar do país e do controlo da inflação alimentar.



A transição agroecológica deve apoiar os produtores na implementação de culturas menos exigentes em água e na proteção dos solos contra a erosão hídrica, criando produtos de melhor qualidade para consumo local.

Na floresta, a prevenção dos grandes incêndios exige o fim das vastas extensões de monocultura inflamável, promovendo um mosaico territorial que remunere adequadamente os serviços dos ecossistemas.

- Direcionamento dos fundos da Política Agrícola Comum (PAC) prioritariamente para práticas de conservação do solo, eficiência hídrica e agricultura familiar, limitando a expansão de culturas superintensivas no Sul do país, e garantindo simultaneamente rendimento aos produtores e preços acessíveis aos consumidores.
- Criação de apoios públicos diretos para a reconversão estrutural de eucaliptais em áreas de montado e floresta de espécies autóctones, criando cortinas de resiliência contra mega-incêndios.
- Estabelecimento de limites administrativos ao aumento de preços de bens alimentares essenciais em períodos de crise climática aguda, travando a especulação inflacionista nas cadeias de grande distribuição.
- Criação de um programa de compras públicas de proximidade, garantindo que hospitais, escolas e cantinas do Estado adquirem uma quota maioritária de alimentos a produtores locais a preços justos.
- Disponibilizar terras agrícolas públicas desocupadas e, em acordo com os proprietários, também terras privadas que se encontram em estado de abandono com o objetivo de reduzir o risco de incêndio e para promover a segurança alimentar e a coesão territorial.
- Constituição de Reservas Estratégicas Nacionais (Buffer Stocks): criação de reservas de bens alimentares essenciais e matérias-primas estratégicas, garantindo a resiliência do abastecimento face a quebras de produção. À semelhança de mecanismos adotados internacionalmente para a salvaguarda de cereais e



outros bens de primeira necessidade, esta reserva pública atuará como um estabilizador macroeconómico, mitigando os choques inflacionistas e a disrupção das cadeias de abastecimento provocados por fenómenos climáticos extremos

- Linhas de financiamento a fundo perdido para a instalação de infraestruturas de proteção climática na agricultura (sistemas de sombreamento de precisão e microrrega ultraeficiente).
- Investimento na investigação e na formação superior na área agroalimentar, agrícola e florestal, tendo como base a rede politécnica e universitária já disseminada no território.

5. Água e Resiliência Hidrológica

A água é o recurso mais crítico e pressionado do século. A resposta pública à escassez hídrica deve rejeitar a privatização e a mercantilização deste bem comum, centrando-se no combate cirúrgico ao desperdício e na regeneração dos aquíferos.

As soluções não passam pela dependência de novas grandes infraestruturas que fragmentam ecossistemas, mas por um uso racional e pela circularidade. Boas práticas de gestão de água, que protejam os ecossistemas das secas e as populações das cheias, são um instrumento-chave para desenvolver uma política hidrológica responsável e ambiciosa.

Face ao impacto das secas severas que afetam periodicamente mais de metade do território, a gestão hidrológica tem de priorizar inequivocamente o consumo humano e a integridade ecológica dos rios face às exigências da indústria e do agronegócio exportador.

- Programa de investimento prioritário na reabilitação maciça das redes públicas municipais de abastecimento para reduzir drasticamente as perdas reais de água, que ainda atingem valores inacceptáveis em vários concelhos.



- Revisão do regime de licenciamento de captações subterrâneas, impondo quotas máximas e moratórias a novos furos em bacias sob stress hídrico, com forte penalização por extração ilegal.
- Alteração da legislação da edificação para tornar obrigatória a instalação de sistemas de recolha de águas pluviais e de reutilização de águas cinzentas (tratamento primário) em edifícios de grande dimensão e novas construções.
- Articulação firme com Espanha na melhoria e cumprimento escrupuloso da Convenção de Albufeira, exigindo caudais ecológicos diários regulares em vez de descargas concentradas.

6. Economia, Fiscalidade e Financiamento Climático

A adaptação física do país às alterações climáticas sofre de um subfinanciamento crónico que ameaça a economia. Portugal investe apenas cerca de 171 milhões de euros anuais em adaptação, uns meros 43% do necessário, projetando-se que este custo atinja os 1,7 mil milhões de euros anuais até 2050. Este diferencial não pode ser colmatado com recurso à dívida penalizadora ou à austeridade. O Estado deve mobilizar recursos através de uma fiscalidade justa, taxando atividades predatórias e mobilizando o setor financeiro para suportar os custos da proteção sistémica, corrigindo as falhas do mercado segurador privado. Essa ação pode contribuir para o desenvolvimento numa economia mais qualificada, com salários mais altos, mais qualidade de vida e prevenção contra catástrofes.

- Criação de um "Fundo de Adaptação Climática" com uma injeção de capital público e europeu que duplique o atual financiamento nacional (para perto de 400 milhões de euros anuais iniciais), alinhando o país com as exigências de proteção.
- Instituição de um imposto permanente sobre lucros excecionais (windfall tax) de empresas do setor fóssil, da grande distribuição e da banca, consignando as receitas à transição climática.



- Agravamento acentuado dos impostos sobre o consumo de luxo intensivo em carbono, nomeadamente jatos privados, aviões executivos e navios de cruzeiro que atraquem nos portos nacionais.
- Criação de um pool público de seguros de catástrofe que garanta a cobertura acessível para danos climáticos extremos a agricultores, microempresas e habitações, corrigindo o vazio do mercado segurador privado.
- Dialogar com o Banco de Portugal no sentido de as instituições financeiras reduzirem o risco físico e de transição carbónica das suas carteiras de crédito, sob pena de agravamento dos rácios de capital.

7. Trabalho, Produtividade e Transição Justa

As perturbações climáticas têm um impacto físico direto sobre os trabalhadores portugueses. As ondas de calor e os fenómenos extremos são já uma causa central de perda de produtividade e de agravamento da sinistralidade laboral. A transformação da economia é uma oportunidade para criar emprego e combater desigualdades sociais.

A legislação tem de reconhecer o clima como um fator de risco profissional diário e garantir a segurança de quem trabalha ao ar livre. Em simultâneo, os setores económicos obrigados a encerrar ou a reconverter-se por imperativo de descarbonização não podem deixar um rasto de desemprego. A transição justa tem de ser bem planeada, garantindo estabilidade de rendimentos, requalificação e redução geral do tempo de trabalho para diminuir a pegada material da sociedade.

- Fixação na Lei Geral do Trabalho de limites térmicos vinculativos para as profissões exercidas no exterior (nomeadamente na construção, agricultura e serviços), impondo a paragem total da atividade, sem perda de retribuição, durante a vigência de avisos vermelhos ou laranjas por calor ou tempestade.
- Promoção legal da redução gradual do horário de trabalho no setor privado,



sem perda salarial, com vista a reduzir as deslocações pendulares e os níveis de exaustão física.

- Integração do stress térmico crónico e da exposição a radiação extrema e poluição por incêndios na tabela oficial de doenças profissionais, garantindo reformas sem cortes para os trabalhadores afetados.
- Condicionamento da atribuição de fundos de apoio à inovação e descarbonização industrial à manutenção de contratos de trabalho efetivos e ao cumprimento das convenções coletivas de trabalho.
- Instituição de um "Estatuto de Transição Justa" que assegure a manutenção de 100% do rendimento e o acesso prioritário a programas de requalificação técnica para trabalhadores de setores carbónicos em faseamento.

8. Saúde Pública e Vulnerabilidade Demográfica

O perfil demográfico de Portugal, um dos mais envelhecidos da Europa, cruza-se de forma perigosa com projeções que indicam que a larga maioria dos custos futuros de adaptação decorrerá do calor extremo e das secas. Estima-se que 8% do total das mortes em Portugal se devam a fatores ambientais, como calor e frio extremos e poluição. Tal é visível, por exemplo, com o excesso de mortalidade registada em momentos de ondas de calor ou de tempo muito frio. Se é verdade que as condições de vida - e particularmente de habitação - de grande parte da população são um fator de risco, também é verdade que o Governo, nos últimos anos, não tem sido capaz de construir um SNS que responda a estes momentos. Pelo contrário, o que tem existido é o colapso do sistema de emergência e urgência em períodos críticos, como o inverno ou o verão.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) e os serviços de Saúde Pública são a primeira e última linha de defesa da população face aos picos de mortalidade estival, às doenças provocadas ou agravadas pela poluição, má qualidade do ar e pelos fogos rurais, e face a novas doenças que podem ser propagadas pelas alterações climáticas.



A mitigação destas ameaças exige um reforço robusto dos cuidados de proximidade, protegendo ativamente as pessoas onde vivem e adaptando a infraestrutura de saúde para suportar eventos climáticos críticos.

- Reforço das equipas de saúde pública em todo o território, assim como das suas condições de trabalho, de forma a uma monitorização da qualidade do ar, da água, da existência de vetores transmissores de doenças como a dengue ou a zika, entre outras que podem ser propagadas com as alterações climáticas, e para uma melhor vigilância sanitária dos aglomerados populacionais, tendo em conta ondas de calor, de frio, catástrofes naturais e outras.
- Salvar a saúde das e dos trabalhadores, determinando-se a suspensão de atividades não essenciais onde os mesmos sejam expostos a temperaturas ou a fenómenos extremos que façam perigar a sua saúde e segurança.
- Reforços das equipas de cuidados domiciliários e dos cuidados de saúde primários, de forma a acompanhar idosos e dependentes vulneráveis que estejam em casa ou institucionalizados em equipamentos como ERPI.
- Reforço urgentes de camas públicas nas várias tipologias dos cuidados continuados, de forma a permitir um acompanhamento mais adequado de pessoas com alta hospitalar, e de forma a criar mais capacidade de atendimento e internamento nos hospitais do SNS.
- Reforços dos orçamentos e das equipas das unidades do SNS, em particular hospitais, de forma a garantir elasticidade de resposta em momentos de fenómenos meteorológicos extremos ou em situações de catástrofe.
- Programa imediato de reabilitação térmica e climatização eficiente (com bombas de calor e painéis solares) de todos os centros de saúde, hospitais, lares de idosos e creches da rede pública e solidária.
- Comparticipação a 100% pelo SNS de medicação e tratamentos para doenças crónicas respiratórias, cardiovasculares e outras que vulnerabilizam a pessoa



face a temperaturas extremas, fenómenos meteorológicos extremos e poluição.

- É alargada a rede de ambulâncias de emergência médica a todos os concelhos do país e são abertos concursos para o INEM, de forma a preencher todas as necessidades estimadas, seja para CODU seja para tripulação de meios de emergência.
- Estabelecimento de uma rede de "Refúgios Climáticos" (espaços públicos, escolas, bibliotecas, pavilhões) climatizados e abertos gratuitamente, mapeados e de fácil acesso pedonal para a população mais vulnerável.
- Inclusão do parâmetro da "qualidade do ar e saúde pública local" como critério com poder de chumbo automático nos processos de Avaliação de Impacte Ambiental de infraestruturas industriais.
- SNS verde: o setor da saúde é responsável por 4,8% dos gases com efeito de estufa. Tornar as unidades do SNS mais eficientes e reduzir a pegada ambiental é também fundamental para combater as alterações climáticas.

9. Proteção Civil e gestão antecipatória de catástrofes

A sequência de tempestades registada no início de 2026 expôs a exaustão de um sistema de proteção civil excessivamente focado na resposta reativa e fortemente dependente de lógicas de voluntariado.

Numa era de extremos meteorológicos de evolução rápida, o país precisa de investir massivamente na prevenção, na inteligência meteorológica e na robustez das suas infraestruturas de suporte. Como indicado por dados recentes do instituto McKinsey, cerca de 30% das linhas elétricas já estão enterradas em zonas de alto risco florestal, mas é urgente ir mais longe para evitar apagões maciços e proteger a integridade territorial.

A Proteção civil e a conservação da natureza enfrentam uma carência crítica de



profissionais, comprometendo a segurança do território. É urgente travar a precariedade que afeta bombeiros, vigilantes da natureza, técnicos do INEM, sapadores e membros das forças de segurança, garantindo vínculos estáveis e salários dignos que reflitam o risco das funções.

- Profissionalização estrutural do combate a incêndios e do socorro, criando um corpo permanente e dotado de meios públicos, terminando com a precariedade e com os modelos de subcontratação sazonal de meios aéreos. Valorização das carreiras dos profissionais da Proteção Civil e de Vigilantes da Natureza e contratação dos profissionais em falta.
- Revisão do programa “aldeia segura” e do regime de incentivos e formação de bombeiros voluntários, aumentando a capacidade de cooperação da população com a proteção civil em momentos de maior risco.
- Plano nacional de soterramento de linhas elétricas e de telecomunicações críticas em áreas mapeadas de elevado risco de incêndio e vento extremo, expandindo as metas atuais para prevenir colapsos na rede (apagões).
- Aperfeiçoamento tecnológico e passagem a uso vinculativo do sistema de Cell Broadcast (Aviso à População), associando os alertas de telemóvel a protocolos automáticos de prevenção e de evacuação obrigatória e antecipada de zonas de risco iminente.
- Modernização e expansão da rede nacional de radares meteorológicos e estações de superfície, dotando o IPMA de um orçamento próprio reforçado, compatível com as necessidades da modelação preditiva de alta resolução.
- Elaboração de planos de evacuação locais rigorosos, sujeitos a simulações obrigatórias anuais para a população residente em municípios de risco muito elevado de incêndios florestais e inundações fluviais rápidas.
- Valorização das carreiras dos profissionais da Proteção Civil e de Vigilantes da Natureza e contratação dos profissionais em falta.



Fontes

Adão, B., Antunes, A., & Lourenço, N. (2024). Climate Change: Economic Implications and Policy Challenges for Portugal. Banco de Portugal.

AMT (2024). Relatório de Desempenho e Obrigações de Serviço Público de Transporte. Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.

ANEPC (2026). Avisos de Proteção Civil: Cheias, Galgamentos Costeiros e Solo Saturado. Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

APA (2024-2026). Monitorização da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020). Agência Portuguesa do Ambiente.

Avellaneda, et al. (2025). Spatial dynamics of air pollution and wildfire emissions: A multivariate continuous model analysis. Environmental Research Letters.

BCE (2023). The impact of global warming on inflation: Evidence from a large set of countries. Nature Portfolio / European Central Bank.

Cardoso, et al. (2023). Persistence of Climate Extremes and the impact on human physiology: A study based on the Universal Thermal Climate Index (UTCI). EURO-CORDEX simulations.

CCPI (2026). Climate Change Performance Index: Portugal Country Report. Germanwatch, NewClimate Institute & Climate Action Network.

DECO Proteste (2025). Barómetro de Mobilidade: Barreiras à utilização do transporte público em Portugal.

DGEG (2025). Relatórios de Execução de Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC). Direção-Geral de Energia e Geologia.



EGU / Univ. Coimbra – IDL (2025-2026). Monitoring Coastal Erosion in Portugal: InSAR and PSInSAR applications for vulnerability assessment. European Geosciences Union / Instituto Dom Luiz.

ESABCC (2026). European Scientific Advisory Board on Climate Change: Assessment of adaptation progress in Southern Europe. European Environment Agency.

Expresso (2026). Com sementeiras a apodrecer debaixo de água e estufas arrasadas, os preços vão subir. Edição de 12 de fevereiro de 2026.

Expresso (2026). Tempestades trouxeram um dos invernos mais negros para a avicultura: ovos deverão ficar mais caros. Edição de 10 de fevereiro de 2026.

Governo de Portugal (2019). Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050). Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019.

Governo de Portugal (2020-2025). Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030). Versão revista e aprovada na Assembleia da República.

Governo de Portugal (2025). Plano Ferroviário Nacional. Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2025.

Governo de Portugal (2025). Reorganização da Estrutura de Governação Climática. Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2025.

Hu, et al. (2025). Four Decades of Wildfire Dynamics in Portugal: Spatio-temporal modeling and future projections. Journal of Environmental Management.

IPMA (2024-2026). Boletins Climatológicos Anuais e Sazonais. Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

IPPS-Iscte (2025). O Estado da Nação e as Políticas Públicas: A Descentralização e a Desconcentração. Instituto de Políticas Públicas e Sociais.



K Kotz, et al. (2024). The critical role of climate change in food price shocks and global inflation. Environmental Research Letters / IOP Science.

McKinsey Global Institute (2026). Physical Climate Risk and Adaptation: The Case of Portugal. McKinsey & Company.

OECD (2026). OECD Economic Surveys: Portugal 2026. OECD Publishing, Paris.

República Portuguesa (2015). Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020). Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015.

República Portuguesa (2019). Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC). Diário da República.

República Portuguesa (2021). Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021). Diário da República.

República Portuguesa (2022). Decreto-Lei n.º 15/2022: Organização e Funcionamento do Sistema Elétrico Nacional. Diário da República.

UNEP (2025). Adaptation Gap Report 2025: Raising the Ambition, Financing the Gap. United Nations Environment Programme.

UNEP (2025). Emissions Gap Report 2025: No More Hot Air - Ending the Era of Unmet Promises. United Nations Environment Programme.

Universidade de Coimbra / RNA2100 (2024). Estratégia Nacional para a Adaptação da Zona Costeira: Modelação Morfodinâmica e Risco de Erosão.



UM PACTO CLIMÁTICO PARA PORTUGAL

| propostas para uma transição
justa e um território seguro

